

# José Hugo admite que

*Ass. Const*  
**Jornal de Brasília**

## votação frustrou

### Bierrembach aponta erros da Aliança

A não aprovação em primeiro turno, pelo Congresso Nacional, da emenda do presidente José Sarney que convoca a Assembleia Nacional Constituinte para 15 de novembro de 86, gerou «uma certa frustração no povo brasileiro», segundo afirmou ontem o ministro José Hugo, chefe do Gabinete Civil. Ele ressaltou, porém, que «o Congresso Nacional é soberano em suas decisões».

— A convocação da Constituinte — disse o ministro Hugo — é uma aspiração nacional. E claro que a inclusão do problema da anistia aos militares, no bojo da emenda do presidente Sarney, representou um acidente de percurso na votação da emenda. Mas o povo brasileiro, depois de 20 anos vivendo no regime de arbítrio, de desrespeito aos seus direitos, sentiu uma certa frustração pelo fato da emenda de convocação da Constituinte não ter sido aprovada em primeiro turno pelo Congresso Nacional.

#### Importante

O ministro José Hugo enfatizou, por outro lado, que o mais importante da emenda do presidente Sarney foi aprovado pelo Congresso Nacional, que é a questão da Constituinte congressional, convocada para 15 de novembro de 86. «O demais são fatos adjetivos, de natureza processual. A parte substantiva foi aprovada pelo Congresso Nacional e isso é importante para toda a Nação».

Disse ainda que a votação em segundo turno — marcada para o dia 19 de novembro — não prejudica em nada a convocação da Constituinte. E negou a existência de uma «estratégia» do Palácio do Planalto para que os membros da Aliança Democrática aprovassem a emenda Sarney.

#### Newton Cruz

Sobre a declaração do general Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), de que o ex-presidente João Figueiredo e o presidente José Sarney seriam arrolados pelo general como testemunhas em seu favor no caso do assassinato do jornalista Alexandre Von Baumgarten, o ministro-chefe do Gabinete Civil disse que «qualquer cidadão tem o direito de arrolar testemunhas em processos que responde perante a Justiça. É um direito assegurado, um problema de rotina na cidadania de todos os povos. «Mas não disse se Sarney poderá ou não depor nesse processo. «E um problema de direito constitucional» afirmou o ministro José Hugo Castelo Branco.

ANC 88

Pasta 10/85-2

128/1985

O deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP) disse ontem que há uma «avaliação unânime de que a emenda convocatória da Constituinte, e seus descobrimentos, foi tratada com muita incompetência pelas lideranças da Aliança Democrática». Para ele, o governo atual está tratando a sua representação parlamentar «da mesma forma que os governos anteriores tratavam a Arena e o PDS». De acordo com o primeiro relator da Comissão Mista da Constituinte, a emenda do presidente Sarney foi enviada ao Congresso sem nenhuma negociação prévia e, durante os dois meses e meio em que esteve tramitando no Legislativo, não houve nenhuma iniciativa do Executivo nesse sentido.

Por isso, o deputado paulista considera que o «Conselho Político se comportou como se fosse anti-político». Flávio disse que manifestou ao líder do PMDB, Pimenta da Veiga, a sua disposição de conseguir um encontro com o presidente da República, José Sarney, para discutir a convocação da Constituinte. O principal objetivo era conseguir uma intermediação entre o que o governo queria e a sociedade civil reivindicada.

#### Nova República

Antes da instauração da Nova República, de acordo com o deputado, a sociedade civil tinha uma posição política contrária ao governo. Isso com o atual não acontecia, pois a sociedade vivia uma «simpática expectativa» com relação ao novo governo. «Se tivesse ocorrido uma maior flexibilidade e disposição para o diálogo, o governo não teria conquistado, em 2 meses, a oposição desta mesma sociedade civil» — afirmou o parlamentar.

Na opinião de Flávio Bierrembach, é de fundamental importância que o governo trate a sua base no Congresso com um diálogo permanente. Principalmente porque «existe um número expressivo de parlamentares que desejam voltar a exercer o seu papel institucional de formular as políticas que o governo deverá executar» — afirmou.

#### Momento delicado

«O momento político é delicado em função do Ministério que Sarney herdou» — o deputado Flávio Bierrembach explicou que ainda não houve um processo de ajuste e acomodação dos alicerces do governo, depois do processo traumático que viveu. «Existe uma atividade sísmica que não parou e que é agravada pelos processos eleitorais em curso» — tanto os das prefeituras como os que ocorrerão no próximo ano. Um sinal do terremoto, de acordo com Bierrembach, será a apresentação de emenda constitucional do deputado Wilmar Pallis, convocando eleições diretas para presidente da República em 86. «Se não houver um tratamento melhor do governo com relação a sua maioria parlamentar, a rebelião pode chegar ao ponto de amputar o mandato de Sarney» — declarou Bierrembach.

O PMDB, na avaliação do deputado, saiu muito contundida dos últimos episódios ocorridos no Congresso Nacional. Em sua opinião, mesmo depois de 15 de novembro, o Governo terá que fazer um grande esforço para se reaproximar da sociedade, para recuperar o desgaste que sofreu com a votação da anistia incompleta para os militares.